



## Confrontando o Fascismo e o Totalitarismo e Defendendo a Democracia e as Políticas Públicas

*Confronting Fascism and Totalitarianism and Defending Democracy and Public Policies*

*Enfrentarse al fascismo y al totalitarismo y defender la democracia y las políticas públicas*

*Affronter le Fascisme et le Totalitarisme et Défendre la Démocratie et les Politiques Publiques*



Foto: Fábio Vieira/Metrópoles.

Desde a segunda década do século XXI temos visto um avanço preocupante dos extremismos pelo mundo, em particular pela Europa. Verifica-se um preocupante declínio da igualdade social e uma importante escalada da ambição política figuras de traços totalitários liderando partidos extremistas e ganhando eleições em países como a Áustria, Hungria e Polônia. Também verificamos a ampliação das ambições dos ricos que acumulam cada vez mais sem preocupar-se com as consequências do aumento da pobreza no mundo. Em ambos os casos, vê-se o amparo da tecnocracia e/ou o apoio às proposições populistas que se pretendem democráticas ao tomarem um tom plebiscitário em muitos casos. Estes dois elementos se articulam e constituem faces de um fenômeno que desafia a ordem democrática.

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 no Brasil é o reflexo dessa tendência de flerte global com posturas conservadoras e os extremismos de direita (Almeida, 2019, Hur & Sabucedo, 2020). Em seus anos de governo, Bolsonaro (PL – 2019-2022) implementou uma forma tirânica de governo (Urbinati, 2014), uma vez que em sua atuação como presidente da república procurou minar a divisão de poder e entre poderes como se observou na permanente crise com o poder Judiciário; eliminou direitos conquistados por minorias ou grupos em posições minoritárias ao mesmo tempo que condiciona a declaração de direitos à conformidade de suas perspectivas ideológicas; flertou com tentativas de fragilizar o sistema eleitoral com ilações sobre a segurança do processo de eleitoral eletrônico implementado no país há duas décadas e pelo qual se elegeu.

Essas práticas alcançaram tamanha gravidade uma vez que chegou, em muitas ocasiões, sinalizar para a possibilidade de que as eleições fossem postergadas ou mesmo que sua legitimidade só se confirmaria com sua própria eleição. Para que seu projeto de poder ganhasse força, Bolsonaro se utilizou de uma estratégia de disseminação sistemática da desinformação com base em notícias falsas (*fake News*) desde sua campanha eleitoral e durante seus quatro anos no poder.

O governo de Jair Messias Bolsonaro se iniciou sob investigações de corrupção antes mesmo de sua posse, uma vez que já havia inúmeras suspeitas de crimes de membros de sua família. A luta contra a corrupção propalada durante o processo eleitoral de 2018 por Bolsonaro se choca com a realidade de seu governo. Durante o período que esteve na presidência implementou um conjunto de medidas para o desmonte das estruturas de controle e combate à corrupção, a exemplo do chamado orçamento secreto, que institucionalizou da corrupção no país com um verniz de legalidade.

A institucionalização da corrupção por meio do orçamento secreto implica na apropriação de recursos orçamentários para fins escusos e, portanto, inconstitucional como já decidiu o Supremo Tribunal Federal. Ações do poder público como o orçamento secreto, por exemplo, geram deturpação do processo de formulação de políticas públicas no instante que se deixam de lado a produção de ações de longo prazo com sustentação técnica em prol de ações paroquiais com fins eleitorais. E como não poderia ser diferente, este modelo de governança implicou na pulverização da corrupção no âmbito municipal no instante em que bilhões de reais foram alocados para sustentar interesses políticos locais de poder sem que

houvesse garantias de controle social. Essa forma de uso dos recursos públicos teve claros reflexos no último processo eleitoral ao garantir que uma parcela significativa de beneficiários do orçamento secreto se elegeisse para a 57<sup>a</sup> legislatura.

A escolha de um nome para a Procuradoria Geral da República (PGR) alinhado a seu projeto de poder garantiu uma forma de blindagem política a si e a seus aliados políticos, pois apenas a PGR pode processar cerca de 1000 autoridades políticas brasileiras no plano federal. As duas nomeações à suprema corte nacional, assim como a sinalização de mudanças na composição da corte constitucional a serem implementadas em um segundo mandato de Bolsonaro também apontam para uma clara tentativa de captura das instituições republicanas.

Essa lógica do confronto forçou ao poder Judiciário a *atuar de ofício*, na defesa da constituição, do sistema eleitoral e da democracia o que perverte o sistema jurídico/acusatório nacional em decorrência do desbalanceamento provocado pelas (in)ações do governo de Jair Messias Bolsonaro e da não observância de suas funções constitucionais. Como consequência dessa estratégia bolsonarista, vimos a credibilidade do poder judiciário ser minada e questionada pela população. Essa realidade visava fortalecer sua imagem de líder e cancelar seu projeto fascista de poder frente à população (Furlan, 2018).

Isso lhe permitiu construir um sistema de blindagem política e jurídica que lhe garantiria rumar a uma posição de líder total aos moldes do fascismo e atacar gravemente o sistema de freios e contrapesos da democracia. Nesse contexto, se observou um modelo de governança permissiva que garantiu o desmonte do sistema de controle e proteção ambiental, pôs em risco a segurança dos povos originários e tradicionais, ampliou as desigualdades de raça e gênero em todos os níveis da vida nacional ao remover políticas que estavam em processo de consolidação no Brasil e que atuavam no combate das desigualdades.

Nesses últimos quatro anos observamos um projeto de desmonte de políticas inclusivas em prol de privilégios, apesar de um discurso histriônico e totalitário travestido de democrático e anticorrupção. Ademais de fraturar o corpus social e político, o governo Bolsonaro conduziu uma verdadeira cruzada contra os direitos humanos e trouxe para a vida de brasileiras e brasileiros a vergonhosa marca da fome e o crescimento da pobreza. Essa realidade está em conformidade com o incremento de uma espiral autoritária no Brasil que põem em risco o processo de consolidação da democracia (O'Donnell, 1996; Pierucci, 1987).

Nesse segundo semestre de 2022, o Brasil viveu um período tenso e difícil pela disputa por um projeto de poder, de país, mediante eleições democráticas. Dois projetos se destacaram, sendo um pautado na defesa da democracia e da transparência (candidatura Luiz Inácio Lula da Silva) e outro em uma visão distorcida da liberdade e do que significa democracia (candidatura Jair Messias Bolsonaro). A eleição que resultou na vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) por uma margem apertada mostra um processo de fratura social que pesará nos processos de governança a serem implementados a partir de 2023. Mas é preciso lembrar que opiniões nunca têm o mesmo peso, mesmo que duas opiniões diferentes obtivessem um mesmo número de votos, o valor dessas opiniões não poderia ser o mesmo, pois votar é o ato de sopesar ideias sem pretender igualá-las em valor. A especificidade e unicidade da democracia representativa residem no movimento circular das opiniões

existentes entre as instituições do Estado e a sociedade. Por esse motivo, o fenômeno das *fake news* pode pôr em choque o justo fluxo da circulação de ideias e ampliar as consequências dessa espiral do autoritarismo.

O avanço do autoritarismo identificado no governo Bolsonaro (PL) se manifesta por meio da militarização a democracia e difusão de discursos e narrativas de ódio que aprofundaram a divisão nacional no período eleitoral que levou ao segundo mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT). O discurso de ódio (e de medo) ao PT ganhou força durante a eleição de 2014 e se radicalizou nas eleições de 2018 nas quais se elegeu Bolsonaro. Esse clima de ódio foi cuidadosamente alimentado de modo a manter seu projeto de poder durante os anos de governo (Pinheiro-Machado, 2018; Rancière, 2014).

Ao dividir não só as famílias, mas a nação, se instaura um clima de guerra e se criam factoides, por meio da desinformação, que elevam militares à categoria de salvadores do país e terminam por justificar a possibilidade de um golpe de Estado. No governo Bolsonaro atuaram em diferentes instâncias civis 6.157 oficiais, muito mais do que o número de militares em posições civis durante a ditadura militar (1964-1985). A presença militar na cena política reforçou estereótipos sobre a necessidade da defesa nacional de ‘fantasmas’, perigos irrealistas, como o comunismo e ampliação de direitos a quem não deveria ter direitos.

Mais uma vez o ódio e o medo surgem como elementos que dão fiabilidade ao discurso bolsonarista e consolidam Bolsonaro como líder conservador no Brasil, “possivelmente, com um apoio superior ao de seus antecessores e com uma agenda política que abrange um conjunto maior de valores, indo do liberalismo clássico lacerdistas, passando pelo medo e intolerância da base de apoio malufista, até incorporar o negacionismo e as teorias conspiratórias obscurantistas dos dias atuais.” (Rennó, 2022: 151). Frente a essa realidade um olhar crítico para a nossa democracia se impõe sobretudo quando se tem a sensação generalizada de que a democracia brasileira poderia estar colapsando diante do medo de um novo golpe militar (Levitsky & Ziblatt, 2018).

O ódio propalado pelo Bolsonarismo vai ao encontro do que propõe Rancière (2014) e está dirigido à democracia. Trata-se de uma forma de ódio a um modelo de sociedade que busca a igualdade, o respeito às diferenças e o direito das minorias. Ao distorcer o sentido da democracia, o bolsonarismo fomenta o ódio ao ‘governo democrático’ por considerá-lo por uma perspectiva de sociedade que deseja promover a igualdade, a equidade e o respeito às diferenças. Como a democracia acolhe a mudança e o extremismo rejeita as mudanças é visível o uso intencional do ódio como estratégia de controle e manutenção do poder. Assim recordamos, como aponta Rennó, que (2022):

“O bolsonarismo é um alinhamento ideológico de direita no Brasil, baseados nos posicionamentos políticos de seu líder, Jair Bolsonaro, e altamente consistente com sua base central (core), que constitui aproximadamente 20% da população brasileira. Por meio de sua retórica crítica à esquerda e embasado em um projeto conservador, voltado para a defesa de princípios tradicionais, como família, pátria e propriedade, Bolsonaro atraiu o apoio de um conjunto de eleitores que compartilham seus ideais e ideias e que estavam profundamente insatisfeitos com os partidos que governaram o país

nas últimas décadas, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT).” (Rennó, 2022: 147).

A defesa radical desses valores conservadores faz com que ódio e medo sejam emoções que operam como instrumentos amplamente utilizado por bolsonaristas para tentar manter o poder. Mas, mais uma vez, a esperança venceu o medo nas urnas! As forças democráticas se uniram e protagonizaram um verdadeiro contra-ataque, um belíssimo movimento de resistência ao fascismo e ao totalitarismo que é o signo da extrema direita. Infelizmente as instituições da República foram tomadas de assalto, democraticamente, e tardaram a resistir e a reagir ao *modus operandi* dos que flertam com regimes de exceção e se negam a manter a transição democrática do poder. Mas todos os setores democráticos, de distintos matizes ideológicos, se reuniram para defender o resultado das urnas que conduziram Lula a um terceiro mandato presidencial.

Ainda assim, esse governo tenta manter viva a chama da divisão. Em seu silêncio, Bolsonaro e bolsonaristas, se calam frente aos movimentos de caminhoneiros e de militantes bolsonaristas acampados frente aos quartéis clamando pelo retorno inadmissível da ditadura. Calar-se frente a esses atos é chancelar um projeto de poder golpista, comprometido com a ruptura da democracia e isso deveria ser objeto de punição pois são atos de verdadeiro crime de *lesa pátria*! São movimentos que surgem porque nesses anos fomos condescendentes com o avanço perigoso de posturas extremistas e terroristas que, agora, se espalham pelas estradas brasileiras qual rastilho de pólvora.

Jair Bolsonaro elegeu-se presidente do Brasil nas eleições de 2018 com discurso autoritário e incitando a violência e o ódio. Sua postura como líder colocou em risco os ganhos que o país teve no campo dos direitos humanos depois de décadas de ditadura. Sua ação política teve apoio, para além de sua campanha, de extratos radicais da sociedade que se identificam com crenças e valores de extrema direita.

Uma vez que seu governo abusou de *fake news* e contou com apoio de setores empresariais, Bolsonaro fundou seu projeto de poder na divisão da sociedade. Nesse sentido, as proposições de políticas públicas de seu governo desmontaram significativas conquistas de grupos minoritários. Desta feita, a sua ação política afrontou e fragilizou a democracia e a fruição dos direitos humanos consolidados desde a redemocratização. Nesses tempos de COVID-19 e obscurantismos variados, vemos inúmeros desafios à democracia e ao enfrentamento dos fascismos a serem tratados nas universidades, grupos de pesquisa e em todos os espaços de fomento ao bom conhecimento.

A *Revista Gestão & Políticas Públicas* posiciona-se na defesa da democracia e do Estado Democrático de Direito, alinha-se aos atores e instituições que defendem mudanças drásticas no cenário atual da governança brasileira e espera ver reimpresso nas práticas políticas o espírito republicano que garante a publicidade, a liberdade e a igualdade. Nessa senda, o presente fascículo, RG&PP, 12(2), traz 10 artigos que nos permitem pensar o debate proposto nesse editorial.

O primeiro é escrito por Marco Antonio de Oliveira Branco (Defensoria Pública) e Salvador Antonio Mireles Sandoval (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). No artigo

*“Democracia e Conselhos Municipais de Políticas Públicas: concepções de participação de profissionais da Defensoria Pública”* os autores abordam a instituição responsável por prestar assistência jurídica aos necessitados, realizar a fiscalização de políticas públicas com a participação da sociedade civil. O manuscrito se foca na análise das concepções de profissionais da Defensoria Pública sobre democracia, seus desafios, e as contribuições para manutenção do estado de direito.

Nesse sentido, é um trabalho em sintonia com a gestão democrática da coisa pública e com o exercício consciente e crítico das funções públicas, valores que estavam em risco nesses últimos anos de ascensão do bolsonarismo. No seu entendimento, a consciência política é um elemento fundamental para o entendimento das possibilidades de atuação da defensoria pública, sobretudo em momentos nos quais a democracia pode estar em risco e a igualdade de direitos pode ser flagrantemente violada.

O segundo texto é da lavra de Patrícia Laczynski, diretora do Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo, com sede na Zona Leste. No artigo *“Solidariedade Entre Jovens nas Periferias: uma saída ao neoliberalismo urbano”* a autora reflete sobre o impacto de políticas públicas neoliberais em regiões periféricas da cidade de São Paulo. Sendo um elemento de desigualdade a posição geopolítica e sociológica consiste em um dos determinantes sociais destacado em seu texto.

Laczynski, foca seu interesse no jovem no mundo do trabalho e aponta para resultados que revelam a relevância em espaços periféricos de valores como solidariedade, comunidade e humanitarismo como fundamentos para o enfrentamento das desigualdades. Entender as periferias e as incidências das desigualdades geradas pelo neoliberalismo e outros modos de controle social ainda é um desafio para as políticas públicas e a ciências sociais.

Nesta perspectiva, Nicole Costa Faria e Lara Brum de Calais da Universidade Federal de Juiz de Fora, autoras do manuscrito *“Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes: re(in)flexões sobre o trabalho com as famílias”*, aportam para esse debate ao problematizar o trabalho da Psicologia com famílias de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. O trabalho contribui aos estudos sobre a constituição da pobreza e os modos de subjetivação que afetam a maneira de pensar ético-politicamente a implementação da Política Nacional de Assistência Social.

Mediante cenas do trabalho psicológico em um Serviço de Acolhimento Institucional em Minas Gerais, discutiu-se a temporalidade no trabalho no acolhimento institucional; a ruptura dos laços familiares e os atravessamentos racistas e sexistas institucionalizados. O debate proposto indica o papel de uma práxis psicológica transformadora que vem ao encontro do fortalecimento de práticas institucionais que enfrentem desigualdades e injustiças e possibilitem a implementação de políticas públicas que rompam com modelos normatizadores, silenciadores, opressores, racistas e sexistas de atuação que ferem os direitos humanos.

Os três artigos que seguem, dedicam-se a análise de elementos macro e microsociais no campo da educação. Os debates feitos nesse conjunto de textos tratam de aspectos relevantes da cultura política que permeia a governança e a formação de políticas públicas e seu impacto tanto na coletividade quanto na ação individual. Tecendo críticas ao modelo de democracia

liberal (Castells, 2018) os textos apontam para a necessidade de se investir em novas formas de ação pública que rompam com entendimentos *estadocentricos* e *unipolares* (Silva, 2018ab) como aqueles que balizaram o governo Bolsonaro.

O primeiro deles é da autoria de Álvaro Veiga Júnior, Aline Accorssi, Livian Netto e Júlia da Rocha Clasen, pesquisador/as da Universidade Federal de Pelotas e intitula-se *“Educação, Currículo e Cultura Política: conhecer os processos, resistir e participar”*. Nele, refletem sobre influências e oportunidades entre currículo escolar, educação e cultura política na perspectiva discente e docente. No instante em que as tendências neoliberais e conservadoras têm se acentuado na atualidade se impõe um olhar crítico sobre o discurso que aponta o crescimento da economia como expressão democrática, inclusão e melhoria da qualidade de vida.

Interesses econômicos numa sociedade neoliberal distancia a justiça e impede os avanços sociais e educacionais igualitários. A cultura política que ampara uma visão de mundo autoritária foca no crescimento e no acúmulo de capital. Nessa conjuntura, o texto se debruça na relação mercado-Estado nos processos de construção da Base Nacional Curricular Comum como política enfraquecedora da educação libertadora e demanda a problematização de uma cultura política que se contrapõe à conscientização sobre a importância da educação política e ao fortalecimento da participação nos processos educacionais. O debate curricular é fundamental quando se buscou criminalizar na gestão Bolsonaro o ensino da política e das questões de direitos, em especial os relativos à sexualidade e aos estudos de gênero.

No segundo artigo chamado *“Atuação do Movimento Negro para Formulação de Políticas Educacionais Afirmativas”* Júlia Ferreira Franco (Universidade de São Paulo) trata das mudanças nas relações entre o Estado e a Sociedade ao longo do tempo. Nesse sentido o texto aborda a questão do controle social da sociedade civil sobre o Estado, em particular o lugar dos movimentos sociais no questionamento das deficiências nos modelos de políticas públicas com vistas a sanar problemas relativos às condições de vida dos cidadãos e a garantia de direitos.

Ao abordar o papel do Movimento Negro na construção de políticas públicas de ação afirmativa na área educacional, a autora destaca a importância do ensino da história afro-brasileira e das cotas raciais para o ingresso nas universidades públicas. Esse debate é fundamental em um momento de transição governamental sobretudo quando as demandas da população negra foram barradas sob argumentos do governo Bolsonaro de que houve a ideologização por parte dos movimentos sociais. A articulação realizada pelos movimentos negros recoloca a demanda e o papel ético dos movimentos sociais (Silva, 2009) ao pautarem o diálogo entre o Estado e a sociedade para o atendimento das reivindicações do Movimento Negro e transformar a cultura política vigente.

*“Não Ver, (Não) Ser Visto, Per-Tecer: narrativas de alunos com deficiência visual na Universidade”* é terceiro texto desse bloco e é da lavra das/os pesquisadoras/es Jordana Gracielle de Jesus Sousa, Regis Lopes Silva, Rayane de Sousa Lopes, Marcos Vinicius Cieri de Moura, Alan Jonas Lopes de Araújo, Paulo Cesar Benites e Domenico Uhng Hur da Universidade Federal de Goiás. Ao procurar conhecer as narrativas de estudantes universitários com deficiência visual buscam discutir a experiência de cada um e os processos de inclusão-exclusão vivenciados.

As três categorias de análise *não ver*, *(não) ser visto* e *per-tecer* estruturam a análise dos dados. Na primeira se apresentam os percalços relativos ao *não ver* referentes às barreiras arquitetônicas, a acessibilidade ao material didático e a procedimentos de ensino. Na categoria *(não) ser visto* destacam a invisibilidade do estudante com deficiência visual na Universidade e na categoria *per-tecer* abordam as tessituras que devem ser realizadas entre videntes e não videntes para a promoção da inclusão. Em certa medida, podemos dizer que o manuscrito desafia o ensino superior a pensar nas mudanças pedagógicas a serem implementadas e na maneira como ela é pensada em termos de demandas variáveis de acesso.

Nos textos que seguem encontramos discussões sobre saúde, territórios e vulnerabilidades. Todos os temas que, de algum modo, foram negligenciados na gestão Bolsonaro.

Os colombianos Germán Andrés Cortés-Millán e Laura Camila Alfonso-Morales, pesquisadores da Universidade Autónoma de Bucaramanga trazem para o debate o manuscrito *“Territorios Saludables: una mirada crítica a la salud comunitaria en Bogotá en la última década”*. Nesse esforço analítico, Cortés-Millán e Alfonso-Morales propõe uma discussão sobre a saúde comunitária e território na qual o cenário é a cidade de Bogotá (Colômbia). A partir de uma análise documental, discutem como as concepções e os desdobramentos estratégicos sobre saúde comunitária e territorial se estruturam e quais são os discursos diferenciais que colocam as comunidades em lugares diversos segundo o ponto de abordagem.

O arcabouço ideológico a partir do qual são enunciadas e documentadas faz com que os resultados variem e alterem as possibilidades de ações em saúde. O manuscrito problematiza componentes da saúde pública como territorialidades diferenciais, interculturalidade e saúde comunitária a partir de uma perspectiva crítica e situacional e abre possibilidades de mudanças para o desenho de políticas de saúde que levem em consideração o espaço urbano, um elemento chave na produção de políticas eficientes e inclusivas.

Em *“Reflexões Acerca da Assistência à Saúde de Pessoas que Vivem com o HIV em Contexto de Restrição Orçamentária no Brasil”* Cindy Ferreira Lima, Marcelo Brito, Edemilson Antunes de Campos e Nádia Zanon Narchi da Universidade de São Paulo trazem um debate fundamental para a manutenção do sucesso da política nacional de HIV/Aids. Desde a criação do Sistema Único de Saúde o combate à epidemia de HIV/Aids viveu um avanço significativo até a chegada do atual governo. Pautado em valores conservadores e numa política neoliberal que prioriza a adoção de medidas de austeridade econômica se observa a emergência de sérios riscos na manutenção de uma gestão de sucesso dessa epidemia.

No instante em que o governo Bolsonaro age diminuindo o investimento em políticas de bem-estar social, verifica-se o agravamento da qualidade das políticas de prevenção e cuidado no campo do HIV/Aids e mesmo a precarização e a desconstrução dos resultados até aqui obtidos. Essa ação afeta a saúde pública e a garantia dos direitos humanos de pessoas que vivem com HIV, uma vez que a epidemia tem fortes conexões com as desigualdades socioeconômicas e histórico-culturais. Refletir sobre o impacto das restrições orçamentárias, sobre a sustentabilidade da assistência à saúde de pessoas vivendo com HIV é um elemento fundamental para se reverter os desmandos da última gestão. Assim, é patente a urgência da



articulação política da população em defesa da sustentabilidade do SUS e do programa de HIV/AIDS no âmbito do Ministério da Saúde.

Isabela da Silva Freire (Universidade Metodista de Piracicaba) e Vinícius Furlan (Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio) debatem no artigo *“Tráfico de Pessoas e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: violência e políticas públicas”* um tema que desafia a defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes no mundo. Não é possível que práticas de tráfico humano sejam ainda admissíveis em uma sociedade que se considera civilizada. Práticas escravagistas estão no centro do tráfico humano e da exploração sexual e configuram uma forma cruel de desumanização do outro.

Ao buscar compreender as relações entre as políticas públicas e as ações coletivas se dá ênfase ao trabalho de um coletivo que combate o tráfico de pessoas e a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Para aprofundar os conhecimentos nesse campo, se buscou recuperar os processos históricos, políticos e econômicos acerca do tráfico de pessoas e da exploração sexual infanto-juvenil, bem como entender as mudanças e avanços no paradigma dos direitos que permitem efetivar políticas eficazes de defesa da dignidade e da vida das pessoas afetadas.

A bio-necropolítica que perpassa a lógica do tráfico humano e da exploração comercial sexual se alicerçam no racismo estrutural que produz corpos-mercadorias. Destarte, tal bio-necropolítica não pode fugir ao escrutínio e ação efetiva das autoridades e da sociedade não só no âmbito local, mas também global visto que esses atos criminosos são transfronteiriços e demandam políticas construídas em fóruns internacionais.

Por fim, em *“Política externa brasileira e balança comercial: breve análise dos governos Jânio Quadros/João Goulart e Castelo Branco (1961 – 1967)”* o tema da política internacional ganha relevo desde um olhar histórico crítico. No texto de Talissa Gomes (Centro Universitário Senac) e de Gustavo Menon (Universidade de Brasília) se analisa a Política Externa Brasileira e a relação com os resultados da balança comercial nos governos de Jânio Quadros, de João Goulart e de Castelo Branco a partir das relações comerciais entre Brasil e os Estados Unidos.

Ao focar o alinhamento oficial do Itamaraty e do antigo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior buscou-se examinar os indicadores e resultados da balança comercial brasileira. A conclusão aponta para o fato de que as ações da política externa brasileira não impactaram na balança comercial mesmo após a ruptura democrática promovida pelo golpe militar de 1964. Após a ascensão dos militares ao poder não se verificou alterações nos resultados da balança comercial, nas correntes de comércio e nos vínculos de política externa dos Estados, apesar de os Estados Unidos se arvorar em um modelo democrático para o mundo.

Diante desta coleção de textos, a *Revista Gestão & Políticas Públicas* contribui efetivamente para a reflexão e defesa da democracia e da boa governança. Diante da retomada do fluxo normal das disputas democráticas que se avizinha com a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, não podemos perder de vista os desafios para que este estado de normalidade se estabeleça de maneira permanente sobretudo quando a beligerância segue sendo a tônica de uma parcela significativa da população que segue a liderança de Bolsonaro.

Lembremos que a tomada das estradas por caminhoneiros e os acampamentos diante dos quartéis revelam a profundidade das feridas abertas por este estado permanente de guerra que foi instalado pelo bolsonarismo. Não se pode cair em revanchismos nos anos que seguem, mas também não se pode deixar de investigar para se trazer à luz os desmandos que puseram em xeque nossa jovem democracia.

Esperançoso de que estes textos sejam elucidativos a muitas das questões que movem a ciência, desejamos que, por meio dessa rica leitura, possamos superar o obscurantismo científico e social que o advento dos extremismos políticos nos impôs. Por fim, queremos agradecer a todos/as autores/as e pareceristas que contribuíram para que a *Revista Gestão & Políticas Públicas* continue sendo um espaço de reflexão crítica e de gestação de novas práticas de boa governança.

Boa Leitura!

## Referências Bibliográficas

---

- Almeida, Ronaldo. (2019). Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, 38(1). Acessado em 26 de dezembro de 2022, de: <https://doi.org/10.25091/S01013300201900010010>
- Castells, Manuel. (2018). *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Furlan, V. (2018). Uma Análise Psicopolítica do Fascismo Brasileiro. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 8(1), 39-53. Acessado em 26 de dezembro de 2022, de: <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1095.v8p39-53>
- Godoy-Flores, Iván. (2019). Una Epistemología de las Políticas Públicas: elementos para la acción pública. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 9(2), 354-360. Acessado em 26 de dezembro de 2022, de: <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1095.v9p354-360>
- Hur, Domênico Uhng., & Sabucedo, José Manuel. (2020). *Psicologia dos extremismos políticos*. Vozes.
- Levitsky, Steven., & Ziblatt, Daniel. (2018). *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- O'Donnell, Guillermo. (1996). Illusions About Consolidation. *Journal of Democracy*, 7(2), 34-51.
- Pinheiro-Machado, Rosana., Scalco, Lucy M. (2018). Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista. Em Esther Solano. (org.). *O ódio como política*. (pp. 53-63). São Paulo: Boitempo.
- Rancière, Jacques. (2014). *Ódio à Democracia*. São Paulo: Boitempo.
- Rennó, Lúcio. (2022). Bolsonaro e as eleições de 2022. *Estudos Avançados*, 36(106), 147-163. Acessado em 31 de dezembro de 2022, de: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36106.009>
- Silva, Alessandro Soares da. (2009). Contribuições dos movimentos sociais para a desprivatização da ética na perspectiva da psicologia política. Em Flávia Sarti, & Gislene Santos (Orgs.). *Ética, pesquisa e políticas públicas*. (pp. 37-83). Rio de Janeiro: Rubio.
- Silva, Alessandro Soares da. (2013). Un Enfoque Psicopolítico de las Políticas Públicas. *Revista Electrónica de Psicología Política*, 11(30), 1-6.
- Silva, Alessandro (2018a). A Ação Pública: um outro olhar sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 8(1), 194-204. Acessado em 17 de abril de 2019, de: <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/175154>
- Silva, Alessandro (2018b). Um Esboço do que poderia ser a Psicologia Política da Ação Pública. *Cadernos da ANPEPP, GT 62, Psicologia Política*. Acessado em 25 de fevereiro de 2018, de: [https://www.researchgate.net/publication/344134091\\_Um\\_Esboco\\_do\\_que\\_poderia\\_ser\\_a\\_Psicologia\\_Politica\\_da\\_Acao\\_Publica](https://www.researchgate.net/publication/344134091_Um_Esboco_do_que_poderia_ser_a_Psicologia_Politica_da_Acao_Publica)
- Urbinati, Nadia. (2014). *Democracy Disfigured: Opinion, Truth, and the People*. Cambridge: Harvard University Press.